

A bolsa da mãe

Marcelo Neri

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV
mcneri@fgv.br*

“Muitos filhos por mãe fazem mal aos indicadores sociais, mas muitas mães entre as mulheres adultas, não”

Em 2003, existiam 46 milhões de mães no Brasil, ou 62% da população feminina com mais de 10 anos. Cada mãe tinha três filhos vivos, sendo 1,7 morando em casa e 1,3 fora. O número de filhos homens em casa supera o das filhas (0,9 contra 0,8), refletindo que mulheres constituem família mais cedo. Nasceram mais meninos que meninas (51,2% contra 48,8% dos caçulas), invertendo as proporções da população existente. Morrem mais filhos (0,21) que filhas (0,16) por mãe. Dos filhos caçulas, 97% estão vivos. Esta estatística cai com a idade da mãe de 99%, para aquelas de 25 anos, e chega a 92% para as de mais de 60 anos. A idade média do caçula é de 15 anos, indicando o tempo decorrido desde a última gravidez.

Cerca de 60% das mães têm viva a avó materna dos seus filhos e 13,1% moram com elas. Mas a estatística cai de acordo com o estrato social: de 20% entre as mães de classe E, passa para 6% nas classes A1 e A2. Outra constatação da pesquisa é que as mães se apresentam mais previdentes do que o conjunto de mulheres. Enquanto 61,42% das que deixam de contribuir para a previdência são mães, o percentual de mães entre as que contribuem para a previdência pública (INSS) sobe para 64,83% e para 68,45% entre as que possuem plano privado de previdência complementar.



Segundo os dados censitários, a taxa de fecundidade ficou mais ou menos estabilizada entre 6,3 e 5,8 filhos por mulher, entre 1940 e 1970, caindo fortemente nas décadas de 70 (4,4 filhos por mulher, em 1980) e 80 (2,9, em 1991), mas relativamente menos na década de 90 (2,3, em 2000). A queda da fecundidade foi mais intensa em áreas mais pobres, provocando movimento de convergência entre Nordeste e Sudeste e áreas rurais e urbanas. Santos, cidade-mãe de Robinho, o maior xodó do futebol brasileiro da atualidade, é o município brasileiro com menor número de filhos — cerca de 1,4 por mulher —, seguido de Niterói e São Caetano. Não é por mera coincidência que os três estão entre os municípios brasileiros com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No extremo oposto do ranking da fecundidade, está Curuá, no Pará, acompanhada de outros municípios da Região Amazônica. Mas não é só a pobreza dessas cidades, mas o isolamento geográfico o que impulsiona os números da procriação.

Nossa pesquisa revelou a importância da decomposição do número de filhos por mulher em número de filhos por mãe e taxa de maternidade. Embora os termos da identidade apontem maior fecundidade, eles apresentam correlações opostas com uma vasta gama de indicadores sociais. Em particular, localidades

Os determinantes da fecundidade

Quanto maior a pobreza e menor a densidade demográfica maior a fecundidade. A história é a seguinte:

- 1) As menores taxas de fecundidade são encontradas em Santos, Niterói, São Caetano onde não só a pobreza é baixa. As três cidades não só apresentam os maiores índices de desenvolvimento humano, como há uma grande concentração populacional.
- 2) As maiores taxas de fecundidade estão nos municípios da Amazônia, pois apesar da pobreza não ser a mais alta do Brasil, os lugares são pouco densamente populosos. Isto explicaria por que não são nas áreas mais miseráveis brasileiras (i.e., Nordeste) aonde a fecundidade é máxima.

Quantitativamente:	Regressão da taxa de fecundidade		
Parâmetro	Estimativa	t	Pr > t
Intercepto	0.24	14.03	<.0001
Pobreza	0.23	57.49	<.0001
Densidade	-0.028	-15.00	<.0001

Como a regressão está em logaritmos, a cada 10% de redução na pobreza leva a uma queda de 2,4% da fecundidade (mantendo a densidade constante — isto é, isolando o efeito pobreza). A cada 10% de aumento na densidade populacional leva a uma queda de 0,27% da fecundidade (isto é, isolando o efeito densidade). O resultado é significativo do ponto de vista estatístico.

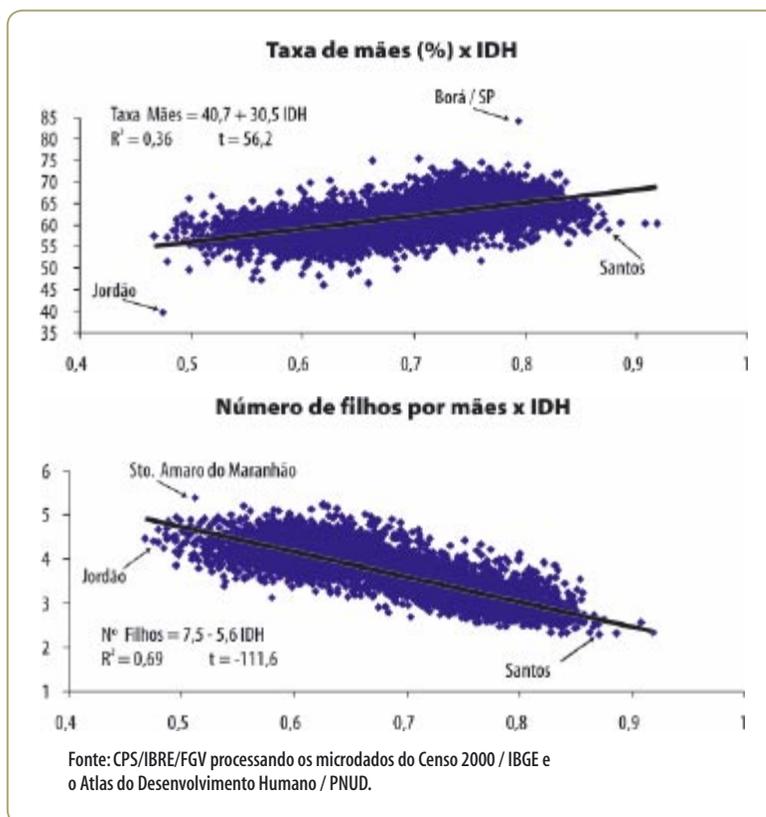
Abaixo, a correlação dos rankings entre taxa de fecundidade de um lado e taxas de pobreza (Rpobre) do outro — ou alternativamente o Índice de Desenvolvimento Humano (RIDH), a taxa de densidade demográfica (RDEN) dos municípios e a taxa de áreas rurais por município (RRUR).

	Correlação dos rankings			
	Rpobre	RIDH	RDEN	RRUR
Ranking tx. fecundidade	0.72 <.0001	0.71 <.0001	0.30 <.0001	0.42 <.0001

onde há mais mães por mulher apresentam melhor IDH (ver o gráfico). Já o número de filhos por mulher é uma imagem do espelho das relações acima. Ou seja, apesar do número de filhos por mulher crescer com ambas as variáveis, o crescimento de cada componente da fecundidade aponta direções opostas nas condições de vida.

Durante o período de 1970 a 2000, o número de mães brasileiras passa de 16,5 milhões para 42,6 milhões. De um lado, o número de filhos nascidos vivos por mãe cai de 3,2 para 2,1 no intervalo. Já a taxa de maternidade — isto é, a porcentagem de mulheres adultas que são mães —, sobe de 49,3% para 60,8% neste intervalo de três décadas. Argumentamos aqui que o aumento da maternidade observado pode ser lido como um indicador de progresso social tal como a queda do número de filhos por mães, também ressaltado. Os dados atestam que quanto mais as mulheres adultas de uma determinada localidade são mães, quanto maiores são a frequência e aproveitamento escolares e menor é a mortalidade infantil. O problema das regiões pobres é o número de filhos por mãe, o que acaba prejudicando a qualidade da criação dos filhos.

Por exemplo: o município de Jordão, no Acre, o penúltimo do ranking do IDH, apresenta a menor taxa de maternidade. Ou seja, muitos filhos por mãe fazem mal aos indicadores sociais, mas muitas mães entre as mulheres



adultas, não. Este resultado é consistente com a estrutura de incentivos e de protagonismo materno atribuídos ao desenho de programas sociais de última geração, como o Bolsa-Família. ▣